

## **Educação Popular no Brasil e na América Latina: história, epistemologias, práxis e experiências**

Este número especial é uma proposição do Grupo de Trabalho 06 – Educação Popular, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, organizado por um pesquisador e duas pesquisadoras integrantes de três diferentes Universidades do país.

Por meio de um trabalho colaborativo junto à equipe de editoração e publicação da Revista Educação Popular - que com zelo, esforço, competência e dedicação, tornou essa publicação possível - trazemos à luz um número especial cuja temática é dedicada à comemoração dos 40 anos de história e trajetória do GT 06, profundamente marcada pelo compromisso ético-político de investigadores/as com a democracia e com a qualidade social da educação, em defesa da dignidade humana. Por isso, nossos mais sinceros agradecimentos a esta revista e a todo o corpo de pareceristas que colaboraram conosco nesta empreitada.

A Educação Popular no Brasil e na América Latina, ao longo dos 40 anos de existência do referido GT, constituiu um arcabouço epistemológico e metodológico capaz de orientar as mais diferentes práticas e de sedimentar diversas experiências, sejam em contextos escolares ou não escolares.

Nesse sentido, por meio deste número especial, são divulgados resultados de pesquisas e relatos de experiência que revelam e/ou retomam a história da Educação Popular, as epistemologias que a constitui, a práxis que a sustenta e experiências que lhe conferem sentido e significado.

Contamos, para tanto, com a participação de pesquisadores/as brasileiros/as e latino-americanos/as, que se vinculam ou não ao GT 06 – Educação Popular da ANPEd. Os trabalhos publicados colaboram com o referido campo, no sentido de fortalecer e ampliar as reflexões a ele inerentes.

Os artigos e relatos de experiência estão organizados em quatro eixos, quais sejam: Eixo 1 – EP – ASPECTOS HISTÓRICOS, TEÓRICO-METODOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS; Eixo 2 – EP - CAMPO, TERRITÓRIOS E PANDEMIA; Eixo 3 – EP – SAÚDE, CORPOS E DIVERSIDADES; e Eixo 4 – EP – ESCOLA, EJA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, totalizando 20 produções. Por último, trazemos a entrevista intitulada “A Sistematização de Experiências e sua dimensão histórica na Educação Popular”, realizada por Sandro de Castro Pitano e Janine Moreira com a querida

professora e educadora popular Elza Maria Fonseca Falkembach, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Nesta entrevista, temos a oportunidade de conhecer a trajetória de Elza pelos caminhos da Educação Popular e, mais detidamente, da *Sistematização de Experiências*, de modo a apresentar os desafios inerentes, os princípios fundamentais e como se situa em relação ao campo da Educação Popular, sobretudo nas dimensões ética, política e epistemológica. Aborda a questão da produção de subjetividades (no sentido singular e coletivo), que é muito presente na Sistematização de Experiências, e a remete à decolonialidade. E finaliza com a reflexão em torno da identificação da sistematização como um processo aprofundado de avaliação sobre uma determinada experiência, o que contribui, também, para pensarmos na relação entre a Sistematização de Experiências e a pesquisa acadêmica nas universidades.

O eixo 1 EP – ASPECTOS HISTÓRICOS, TEÓRICO-METODOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS reúne textos que analisam processos de escolarização de grupos populares, em diálogo com os princípios da Educação Popular e o do legado de Paulo Freire, na perspectiva da afirmação democrática do direito à educação para todas as pessoas.

O primeiro artigo é intitulado “Aquela travessia durou só um instantezinho enorme: seguindo na busca por compreensões das pesquisas em Educação Popular”. Nele, *Valéria Oliveira de Vasconcelos* e *Tiago Zanguêta de Souza* investigam a produção científica dos últimos 21 anos nos Anais das Reuniões Nacionais da ANPED, especificamente do GT06. A autora e o autor nos provocam afirmando que, na perspectiva das publicações do GT06, a EP é biófila e majoritariamente freiriana, feminina e feminista. Indicam também que a EP “foi para a escola” e os processos de pesquisa e ação sedimentam caminhos com os grupos sociais periféricos com quem são investigadas práticas na educação escolar/não escolar, na saúde e na cultura, mediatizadas pelo mundo.

O artigo de *Alfonso Torres Carrillo* intitulado “La educación popular en los inicios del siglo 21”, que abrilhanta esta edição especial, problematiza a heterogeneidade dos campos de atuação, sujeitos e práticas que caracterizaram as práticas de EP ao longo da sua história, de modo a identificar um núcleo de sentido associado a um conjunto de características que lhes conferem singularidade e as diferenciam de outras práticas pedagógicas. Essas características, problematizadas ao longo do texto, também estão presentes em outras práticas culturais, com as quais a

educação popular interagiu historicamente, como a igreja popular, a teologia da libertação, a comunicação popular e a pesquisa participativa.

No trabalho de *Renan Soares de Araújo*, “A educação popular e a sua multiplicidade de perspectivas: aspectos históricos e teórico-conceituais de uma concepção em movimento” é apresentada, teórica e conceitualmente, uma breve reconstrução histórica do processo de configuração do campo da Educação Popular no Brasil, desde a década de 1950 até o presente momento. Pautado numa pesquisa bibliográfica o texto se fundamenta na modalidade de revisão narrativa. Os resultados apontam distintos momentos e experiências da EP: a) da sua gênese ao processo de desarticulação de experiências; b) do acirramento da repressão decorrente da ditadura civil-militar ao espraiamento das práticas por diferentes setores; c) da eclosão de novas pautas à reinvenção do campo da Educação Popular; d) das conquistas políticas aos desafios institucionais. Concluem que, a Educação Popular se configura como prática político-pedagógica, teoria, campo de construção de conhecimentos, movimento organizado da sociedade civil e política pública.

O artigo “Trama de uma extensão sentipensante”, de autoria de *Ricardo Bragança Pinheiro Tammela* narra, segundo suas palavras, “desassossegos” que emergem do ser extensionista em um Centro Universitário em Petrópolis/RJ, evidenciando um jeito próprio das classes populares de fazer extensão. A prática comprometida com as pessoas se fundamenta na dialogicidade, nos encontros, nas interações na perspectiva de transformação do mundo. Metodologicamente delineada como uma pesquisa com o cotidiano traz registros de campo que articulam razão e amor, corpo e coração no que chamam de extensão sentipensante. O referencial teórico se funda no paradigma indiciário (Ginzburg) para apreender a compreensão das gentes da pesquisa presentes em suas vozes, gestos e silêncios. Os resultados apontam para uma forma de extensão universitária comprometida, amorosa, libertadora e contra hegemônica.

No trabalho intitulado “Compreensões acerca da Educação Popular: perspectivas e práticas de professores em uma unidade socioeducativa da Paraíba”, de *Thaís Farias de Almeida e Ivonaldo Neres Leite*, a autora e o autor apresentam resultados parciais de uma pesquisa de mestrado. A temática envolve a reflexão sobre uso de drogas ilícitas na perspectiva da Educação Popular, circunscrita ao espaço de uma unidade socioeducativa localizada no município de Lagoa Seca/PB. Os dados coletados em observações assistemáticas e entrevistas semiestruturadas com docentes foram tratados conforme os

procedimentos propostos na Análise Temática. Entre os resultados foi identificado que os/as professores/as não demonstram um conhecimento sistematizado a respeito da Educação Popular, porém, suas práticas se aproximam das propostas dessa práxis. Concluem indicando a necessidade de formação continuada na instituição pesquisada com vistas a fortalecer a Educação Popular naquele contexto.

O trabalho “Um outro ABC: o Movimento de Cultura Popular e uma outra forma de ensino”, de autoria de *Romero Bomfim dos Santos* e *Flávio Henrique Albert Brayner* se dirige ao Movimento de Cultura Popular (MCP), criado na cidade do Recife-PE, em 1960, inspirado pelo Movimento francês *Peuple et Culture*. O ensaio se pauta em uma metodologia documental e bibliográfica. Caracteriza esse movimento como uma proposta educacional popular voltada para as camadas empobrecidas que se desenvolvia a partir de uma educação contextualizada nos conhecimentos e práticas da vida de cada sujeito envolvido. O texto traz aspectos histórico-conceituais do MCP, da Educação Popular, da cultura popular e dos movimentos sociais, além da atuação concreta nas comunidades periféricas do Recife.

O texto de *Kelma Fabíola Beltrão de Souza* e *Nyrluce Marília Alves da Silva* se intitula: “Por outra história da Educação Popular no Recife: além do Movimento de Cultura Popular”. A intenção da autora é a de apontar que experiências educacionais estiveram presentes na Educação Popular no Recife, para além daquelas relacionadas ao Movimento de Cultura Popular/MCP (1960-1964). Para a autora, numa configuração não linear e descontínua de espaço e tempo, outras vivências e práticas foram importantes para constituir a Rede Municipal de Educação do Recife. Entre elas indica as primeiras escolas municipais (“escolas isoladas” e reunidas) e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco. Os resultados mostram que o MCP não é a única fonte de formação da Rede Municipal do Recife.

No Eixo 2 “*EP - CAMPO, TERRITÓRIOS E PANDEMIA*” trazemos trabalhos que problematizam a educação do campo, os mais diferentes territórios e os impactos da pandemia, especialmente sobre a educação das classes populares.

No texto intitulado “A formação de professores do campo na perspectiva decolonial: epistemologia e práxis educativa intercultural” de *Josiléia Curty de Oliveira* e *Erineu Foerste*, discutem-se os desafios da formação inicial e continuada de professores/as a partir do debate da educação emancipatória, da cultura como potencial de liberdade e da importância de parcerias colaborativas interinstitucionais para implementação de políticas públicas de formação docente. As análises estão focadas na

articulação de lutas coletivas de trabalhadores/as do campo e das cidades por direitos sociais preconizados pela Educação Popular, com base no diálogo libertador de Paulo Freire. O autor e a autora defendem a tese de que a formação de professores/as, quando contempla as especificidades dos territórios campestres, promove uma educação conforme a realidade, a cultura e a diversidade das populações do campo, proporcionando uma práxis educativa intercultural crítica e decolonial.

O trabalho intitulado “Educação popular e extensão rural: O que os periódicos publicam, em língua portuguesa, sobre essa relação?” de *Marcos Roberto Pires Gregolin* e *Cristiane Moraes Marinho* problematiza a relação entre Educação Popular e extensão rural em diversos textos que abordam a temática. O estudo analisa as principais contribuições presentes no estado da arte sobre a vinculação entre “Educação Popular” e “Extensão Rural”, por meio de busca de artigos científicos publicados em revistas, avaliados por pares e em língua portuguesa. Foram analisados 08 artigos, cujos resultados revelam que a maior concentração de autores/as está no Estado do Pernambuco (04) sendo seguido por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, cada um deles com 3 autores/as. Foi possível concluir que a agroecologia é um ponto de encontro muito recorrente entre a extensão rural e a educação popular, onde majoritariamente se trabalha com intercâmbios, troca de saberes e a construção coletiva do conhecimento.

De autoria de *Maria Clarisse Vieira* e *Violeta Acuña-Collado*, o trabalho intitulado “Desafios para educadores populares em tempos de educação remota: reflexões a partir de Freire” apresenta uma elaboração crítica em torno da pandemia de Covid-19. Diante dos desafios decorrentes da crise sanitária, a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB) buscou alternativas para dar prosseguimento às ações educativas de Projeto de Extensão na área da Educação de Jovens e Adultos. O artigo objetiva compreender a partir dos conceitos de situações-limites e inédito viável de Freire (1987), os significados da formação e da prática das educadoras populares, em 2021, frente à necessidade de ensino remoto. Aponta, ainda, os desafios vividos no contexto da pandemia, em face da deterioração das condições de vida e saúde, bem como do acesso precário às novas tecnologias, enfrentados por educandos/as e educadores/as do Projeto. E mostra que o apoio recebido pelas educadoras populares para o desenvolvimento das atividades pedagógicas foi fundamental para continuarem persistindo em suas atividades, mesmo em tempos tão incertos.

O eixo 3 *EP – SAÚDE, CORPOS E DIVERSIDADES* contempla trabalhos que tematizam a educação popular em saúde, nos mais diferentes contextos, e sustenta um debate acerca da diversidade, seja ela numa conjuntura escolar ou não escolar.

O trabalho intitulado “Educação popular como estratégia para melhoria das informações no sistema e-SUS” de *Isaac Newton Machado Bezerra, Thayná Menezes Santos, Andreza Amanda de Araújo e Fabiana de Oliveira Silva Souza* retrata a experiência de residentes com a realização de oficinas junto a profissionais do Sistema Único de Saúde utilizando os princípios da Educação Popular em Saúde como metodologia norteadora. Partiu-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, em que são apresentadas reflexões produzidas em seis encontros com os/as profissionais a fim de auxiliá-los/as na ampliação do processo de trabalho e compreensão do seu fazer diário, já que este apresentava-se desestimulante e robótico. Os encontros evidenciaram a potencialidade presente da Educação Popular em Saúde, pois, a cada momento vivenciado ficava nítido o aumento da participação dos/as profissionais e seu empenho em contribuir de forma positiva com a construção e partilha dos saberes.

O trabalho de *Mayara Paulina Barbosa da Silva, Sanderson Mendes do Nascimento, Betânia da Mata Ribeiro Gomes, Jael Maria de Aquino e Kelly Cristina do Nascimento* intitulado “O cuidado das pessoas trans por profissionais do Sistema Único de Saúde na perspectiva de acadêmiques de Enfermagem” contribui com essa edição especial ao refletirem sobre a Mandala dos Saberes como um projeto que tem como intuito ecoar a voz da sociedade nos assuntos que lhes são mais importantes, com base na Educação Popular em Saúde. A aplicação da Mandala dos Saberes foi realizada com seis participantes do gênero feminino e um do gênero masculino, na faixa etária de 20 a 57 anos. A Mandala dos Saberes possui oito pilares e sua aplicação consiste em dispor os pilares sobre um tecido circular no chão, ficando o/a(s) mediador/a(es)/facilitador/a(res) e os/as participantes ao redor. Além dos pilares, foram dispostos, imagens e textos sobre a temática proposta: o cuidado das pessoas trans por profissionais do Sistema Único de Saúde na perspectiva de acadêmica de enfermagem. Por fim, os/as estudantes apontaram que há a necessidade de na graduação terem estágios e aulas sobre a temática e uma formação pautada na promoção da humanização para os/as profissionais da saúde envolvidos/as no atendimento à saúde.

O trabalho intitulado “Conhecimentos acerca da Educação Popular em Saúde em discentes de Fisioterapia na Universidade Federal de Pernambuco”, de *Macilio Manuel da Silva, Joaquim Sérgio de Lima Neto, Cinthia Rodrigues de Vasconcelos e Juliana*

---

*Rev. Ed. Popular*, Uberlândia, Edição Especial, p. 1-9, out. 2023.

*Fernandes de Souza Barbosa*, traz que a Educação Popular em Saúde (EPS) é importante para o empoderamento do cidadão em relação à sua saúde, todavia, parece haver um abismo em se tratando da comunicação entre profissionais de saúde e população. O artigo tem por objetivo analisar o conhecimento dos discentes do curso de Fisioterapia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) sobre a EPS. A coleta das informações foi realizada de forma remota por meio da plataforma *Google Forms* e analisadas pelo *software Iramuteq*. Os resultados apontam a necessidade de estratégias que possam fomentar o conhecimento da EPS como forma de alcance de uma transformação social.

O último trabalho que compõe este eixo é intitulado “Educação popular, direitos humanos e Movimento de Trabalhadoras Sexuais: na batalha transformando mundos a partir de uma perspectiva freireana” de autoria de *Fernanda Priscila Alves da Silva*. Traz como objetivo refletir sobre a educação, em sua relação com os direitos humanos tendo como referência a experiência do Movimento de Trabalhadoras Sexuais no Brasil. Em termos metodológicos e epistemológicos, trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, cujo ponto de partida são as reflexões e tessituras construídas a partir de estudos sobre prostituição, trabalho sexual e movimento de trabalhadoras sexuais. O trabalho problematiza as discussões, perguntas e reflexões acerca da educação, direitos humanos desde o movimento de Trabalhadoras Sexuais, apontando, sobretudo, que este Movimento se configura também como Movimento social construindo outros modos de fazer educação, um quefazer histórico que propõe uma práxis político-educativa desde a batalha, de modo a legitimar os saberes construídos no interior do Movimento de Trabalhadoras Sexuais, que lançam luzes e apontam inéditos-viáveis para a construção de um mundo mais diverso e heterogêneo.

O eixo 4 *EP – ESCOLA, EJA E EDUCAÇÃO SUPERIOR* reúne textos que analisam processos de escolarização de grupos populares, em diálogo com os princípios da Educação Popular e o do legado de Paulo Freire, na perspectiva da afirmação democrática do direito à educação para todas as pessoas.

O trabalho “Não repetir o ensinado para ser reprovado e continuar na escola: um ato de resistência ou transgressão?”, de autoria de *Maria Luisa Furlin Bampi* e *Maria Tereza Goudard Tavares*, tem como foco os processos de escolarização e de resistências de infâncias oriundas de classes populares. Tomando como base os aportes das narrativas (auto)biográficas e das histórias de vida, a autora tece considerações sobre as desigualdades sociais que atravessam o cotidiano de vida de crianças e famílias de

classes populares com objetivo de desvelar os múltiplos significados de avaliação e reprovação como ato de resistência familiar para permanência na escola.

O artigo “A construção coletiva de princípios epistemológicos, políticos e pedagógicos da Educação Física Escolar libertadora”, de *Valdilene Aline Nogueira, Daniel Teixeira Maldonado e Elisabete dos Santos Freire*, se vale de narrativas, histórias de vida, círculos de cultura, cartas pedagógicas e relatos de experiência de um coletivo de resistência, que compartilha a utopia de uma educação libertadora ancorada no legado de Paulo Freire, a fim de analisar a possibilidade de construção de pesquisas contra hegemônicas na Educação Física escolar, na qual as/os docentes são apreendidos como intelectuais.

*Carlos Fagner Pereira Pires e Edna Castro de Oliveira* apresentam, no trabalho “A escolarização de pescadoras/es artesanais na EJA: relações com o Seguro Defeso”, considerações de revisão de literatura, cujo foco se voltou às relações entre pescadoras/es artesanais beneficiários do Programa Seguro Defeso Pescador/a Artesanal e seus processos de escolarização na Educação de Jovens e Adultos. Como resultados da investigação, verificou-se a permanente negação do direito à educação aos estudantes pescadoras/es artesanais, tendo em vista que o acesso, a permanência e a conclusão da escolaridade são comprometidas em função de jornadas de trabalho, da distância da escola, do pouco diálogo com os saberes desse coletivo e da ausência de políticas públicas voltadas à efetivação dos direitos desses sujeitos.

Já o trabalho “A filosofia benjaminiana da infância e possíveis diálogos com a educação popular”, de autoria de *Reginaldo José da Silva*, tece articulação entre o pensamento de Walter Benjamin e Paulo Freire como base para aprofundar reflexões em torno das práticas educativas populares. Argumenta-se que Benjamin, tal como Freire, foi um intelectual engajado com as lutas das classes operárias e elaborou concepções pedagógicas e políticas que podem subsidiar práticas educativas direcionadas à transformação e superação das desigualdades sociais.

O relato de experiência escrito por *Adelino José de Carvalho Dias e Lásara Marcelle Dutra Machado*, “Experiência no âmbito da educação popular: o projeto da Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão nas escolas de educação básica”, apresenta uma descrição analítica do processo inicial de uma pesquisa em rede. O texto detalha como têm se caracterizado os encontros técnico-pedagógicos de ancoragem da RECEPE, pautados nos princípios da Educação Popular, bem como os aprendizados decorrentes do processo de construção coletiva, no intuito de promover o diálogo e a



colaboração entre escolas de educação básica e a universidade, por meio de rodas de conversa voltadas à pesquisa e à extensão.

O trabalho de *Fabiana Rodrigues de Sousa e Rafael Augusto Valentim da Cruz Magdalena*, “Legado freireano e educação popular: afirmando o compromisso popular no processo de democratização da educação superior”, tece considerações sobre o processo de democratização da educação superior, a partir de um levantamento bibliográfico da produção de pesquisadoras/es do GT6 de Educação Popular da ANPEd. Argumenta-se que os ataques perpetrados contra o pensamento de Paulo Freire, sobretudo, após o golpe político de 2016, têm como intuito barrar o processo de democratização da educação superior no Brasil. Como resultados, conclui-se que a produção bibliográfica no campo da Educação Popular aponta que o direito à educação superior requer uma formação política de educadoras/es voltada à assunção do compromisso da universidade com as demandas populares e a consolidação de práticas educativas pautadas na dialogicidade, na unidade na diversidade e na problematização das realidades e dos saberes de experiência dos sujeitos envolvidos no ato de educar.

Caro/a leitor/a, é com muita alegria que o/a convidamos a continuar conosco na empreitada em defesa da democracia, da educação socialmente referenciada, da justiça sociocultural e do direito de ensinar e aprender de todos/as. Esperamos que este número especial possa trazer outras reflexões possíveis, de modo que continuemos, em rede, fortalecendo laços de amorosidade, confiança e solidariedade.

À Revista Educação Popular, mais uma vez, nossos sinceros agradecimentos.

Tiago Zanquêta de Souza (UNIUBE)

Fabiana Rodrigues de Sousa (USF)

Valéria Oliveira de Vasconcelos (UNIPLAC/UFSCar)